

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Relatório da Administração
Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005. Barcarena, 25 de março de 2022.

A Administração.

Balanco Patrimonial para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Nota explicativa	
	31.12.2021	31.12.2020			31.12.2021	31.12.2020
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	109.110	Empréstimos e financiamentos	11	5.619	5.722
Contas a receber	6	14.007	Debêntures	12	5.945	5.365
Estoques	7	3.364	Fornecedores		8.176	8.811
Ativo fiscal corrente	8	349	Salários e obrigações sociais		3.248	2.605
Outros ativos		942	Impostos e taxas		1.692	1.358
Total do ativo circulante		127.772	Imposto de renda e contribuição social a pagar		674	584
			Dividendos a pagar	4.d)	6.278	5.701
			Obrigações com poder concedente	14	2.198	1.818
			Arrendamento mercantil	15	4.278	933
			Outros passivos	4.a)	207	179
			Total do passivo circulante		38.315	31.076
Não Circulante			Não Circulante			
Depósitos judiciais	13	2.227	Empréstimos e financiamentos	11	7.397	12.955
Ativo fiscal diferido	21.b)	1.909	Debêntures	12	50.686	50.634
Outros ativos		16	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	13	1.425	725
Imobilizado	9	27.247	Passivos atuariais - assistência médica complementar	23	1.165	2.806
Intangível	10	82.568	Obrigações com poder concedente	14	29.051	27.414
Total do ativo não circulante		113.967	Arrendamento mercantil	15	1.118	-
			Total do passivo não circulante		90.842	94.534
			Patrimônio Líquido			
			Capital social	16.a)	90.069	90.069
			Reserva de capital	16.b)	83	83
			Reserva de lucros	16.c)	2.834	1.512
			Dividendo adicional proposto	16.d)	18.834	17.104
			Ajuste de avaliação patrimonial	16.e)	762	(50)
			Total do patrimônio líquido		112.582	108.218
Total do Ativo		241.739	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		241.739	233.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reserva de lucro	Dividendo adicional proposto	Lucro/ (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio líquido
		Plano de opção de compra de ações	Legal					
Saldos em 31 de Dezembro de 2019								
Dividendos pagos			83	311	4.435	-	(1.039)	93.859
Passivo atuarial - despesas médicas	23	-	-	-	(4.435)	-	-	(4.435)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.006	-	24.006
Destinação do lucro:								
Reserva legal	16.c)	-	-	1.201	-	(1.201)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d)	-	-	-	-	(5.701)	-	(5.701)
Dividendo adicional proposto	16.d)	-	-	-	17.104	(17.104)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020			83	1.512	17.104	-	(550)	108.218
Dividendos pagos					(17.104)	-	-	(17.104)
Passivo atuarial - despesas médicas	23	-	-	-	-	26.434	1.312	1.312
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	26.434
Destinação do lucro:								
Reserva legal	16.c)	-	-	1.322	-	(1.322)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d)	-	-	-	-	(6.278)	-	(6.278)
Dividendo adicional proposto	16.d)	-	-	-	18.834	(18.834)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021			83	2.834	18.834	-	762	112.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: a) Informações gerais: A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, sede da Companhia, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre a Companhia e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi a prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033. A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social, entretanto, a controladora final da Companhia é a Santos Brasil Participações S.A. **b) Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração com a Companhia Docas do Pará - CDP:** A Companhia tem o compromisso de pavimentar, cercar e iluminar pelo menos 20.000 m² do lote A e adquirir equipamentos necessários para torná-lo apto à movimentação de, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do Contrato. Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$35,99 por contêiner cheio movimentado, R\$7,20 por contêiner vazio movimentado e R\$3,60 por movimentação de carga unitizada por tonelada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento, *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do Porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato. A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas mensais de aluguel e arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2021 foram no montante de R\$79.743 (R\$67.924 em 31 de dezembro de 2020). **Coronavirus (COVID-19):** Desde o início do período de quarentena no Brasil, em março de 2020, a Companhia adotou protocolos em diversas esferas para enfrentar os efeitos da COVID-19, sendo a preservação da saúde dos seus funcionários e demais *stakeholders* a prioridade nesse período. A Companhia reitera que as ações e decisões estratégicas já tomadas e aquelas em curso tem o objetivo de mitigar os impactos causados pela pandemia no âmbito operacional e financeiro, buscando também combater e minimizar seus efeitos nas pessoas com quem a Companhia se relaciona, incluindo funcionários, clientes, fornecedores e demais parceiros. Internamente, as ações tomadas pela Companhia envolvendo seus funcionários foram baseadas em quatro pilares: higiene, distanciamento, testes e isolamento. No que tange às ações diretamente relacionadas aos negócios da Companhia, a Administração mantém frentes de trabalho iniciadas no 2º trimestre de 2020 e que tem o objetivo de buscar novas fontes de receita, controlar e reduzir custos e despesas e revisar o plano de investimentos, priorizando a continuidade dos projetos estratégicos. Na receita, a busca é pela diversificação do negócio e aumento do *share-of-wallet* na cadeia de valor dos clientes, o que se dá através: (i) aumento de atividades de DEPOT (serviço de reparos e manutenção de contêineres) para clientes armadores; e (ii) captação de carga de projeto. Quanto às ações para redução de custos e despesas, a Companhia busca com base na premissa de aumentar a eficiência operacional e administrativa, continuar obtendo economias através: (i) da renegociação e revisão de escopo de contratos com fornecedores; (ii) do corte de despesas administrativas com viagens, ocupação de espaço, *marketing* entre outros; e (iii) da queda do consumo de combustível devido ao aumento da eficiência operacional. Com relação à continuidade operacional, a preservação e fortalecimento dos saldos de caixa continuou sendo principal foco das ações realizadas, com a gestão do capital de giro através do aumento do prazo médio de pagamento e controle dos recebimentos da inadimplência, bem como o diferimento e suspensão de tributos e a substituição de depósitos judiciais por outras garantias. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações. Adicionalmente, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisões adicionais para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente relacionado à recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. **2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade:** As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - provisão para perdas de crédito esperada; • Notas explicativas nº 9 e 10 - vida útil dos ativos; • Nota explicativa nº 13 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis; • Nota explicativa nº 21 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; • Nota explicativa nº 23 - mensuração e principais premissas de passivos atuariais - assistência médica complementar. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC's, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("*inputs*") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: *inputs* cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("*inputs*" não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos. **d) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas da transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos no exercício durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação. **b) Receita operacional:** A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais e armazenagem alfandegada. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio, ou seja, transferência do controle pelo cumprimento da obrigação de desempenho. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. Os preços são formados mediante acordo com os clientes e em sua grande maioria formalizados em contratos. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarque aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada, nos casos em que as cargas permaneçam armazenadas excedendo um mês de sua data de entrada, a receita é reconhecida dentro do mês com valores estimados. **c) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida são reconhecidas inicialmente na

data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornou parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável) pela rescisão antecipada do contrato acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado ao tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A perda de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legal líquido executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Capital social - Ações ordinárias e preferenciais:** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo. **d) Ajuste a valor presente:** As contas sujeitas a ajuste a valor presente são: empréstimos e financiamentos, debêntures, poder concedente e arrendamento mercantil. A mensuração do ajuste é realizada por modelo de fluxo de caixa futuro, de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente utilizando taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, entre outros. **e) Estoques:** Os estoques, representados, principalmente, por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exerce o valor de mercado. **f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensura-

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Receita Líquida	17	132.961	120.007
Custo dos Serviços Prestados	18	(80.549)	(69.275)
Lucro Bruto		52.412	50.732
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas com vendas	18	(1.175)	(871)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incorríveis			
Despesas gerais e administrativas	18	(4.652)	(4.365)
Outras receitas operacionais	19	202	2.351
Outras despesas operacionais	19	(11)	(147)
Total		(6.481)	(2.798)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		45.931	47.754
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	20	7.051	3.236
Despesas financeiras	20	(13.338)	(14.757)
Total do resultado financeiro		(6.287)	(11.521)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		39.644	36.233
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.a)	(9.533)	(8.564)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.a)	(3.677)	(3.663)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(13.210)	(12.227)
Lucro do Exercício		26.434	24.006
Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$			
Ordinária	22	0,29349	0,26653
Preferencial	22	0,29349	0,26653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Lucro do Exercício			
Outros Resultados Abrangentes			
Assistência médica complementar	23	1.988	741
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) - assistência médica complementar	23	(676)	(252)
Total assistência médica complementar	23	1.312	489
Total do Resultado Abrangente do Exercício		27.746	24.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social	39.644	36.233
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Variações monetárias, cambiais e derivativos	5.981	8.590
Depreciações e amortizações	12.292	9.843
Reversão de provisão para contingências	1.440	661
Provisão		

CONVICON - CONSTRUTORES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

nha apresenta ativo de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia opta por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de circulante, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos a uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 07 de julho de 2020, a Deliberação CVM nº 859 aprovou a revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19. A Companhia concluiu que a revisão da norma não apresenta impacto em suas demonstrações financeiras. **I) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** **Ativos financeiros não derivativos:** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **•** ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; **•** investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e **•** ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: **•** títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e **•** outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **•** é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou **•** o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": **•** As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. **•** As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **•** dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; **•** quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; **•** reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; **•** a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou **•** o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de créditos esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o seu valor financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l) Benefícios a empregados: Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **Assistência médica complementar:** Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações financeiras. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 23. **k) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **l) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. **m) Imposto de renda e contribuição social:** Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **n) Lucro pro ação:** O lucro básico pro ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor de seu resultado. **o) Demonstrações dos fluxos de caixa.** A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **p) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro):** Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-lo em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais. **q) Novas normas e interpretações ainda adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 1:** Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: **•** O que significa um direito de postergar a liquidação; **•** Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; **•** Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; **•** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 - Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a di-

visão das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas normas e interpretações novas e alteradas emitidas, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4. Transações com Partes Relacionadas: a) Contas Correntes:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia tinha registrado na rubrica "Outros passivos" valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo circulante:		
Santos Brasil Participações S.A.	207	179

b) Remuneração do pessoal-chave: A remuneração do pessoal-chave da Diretoria e dos Gerentes compreende benefícios de circulante, no montante de R\$78 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A partir de 2021 os diretores e gerentes deixaram de receber benefícios de circulante e passaram a receber Plano de Participação nos Resultados - PPR vinculado a metas, no montante de R\$282. **c) Benefícios a colaboradores:** A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2021, esses benefícios representaram a aplicação de R\$5.255 (R\$4.823 em 31 de dezembro de 2020).

	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos a pagar		
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	6.278	5.701

	31.12.2021	31.12.2020
5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Natureza das Aplicações:		
a) Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e saldo em bancos	259	223
Aplicações financeiras	108.851	112.454
Total	109.110	112.677

	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
b) Natureza das aplicações financeiras:			
2021		112.454	
2022	108.851		-
Total	108.851	112.454	

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor no rendimento pactuado. As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2021. As aplicações em CDB variaram de 99,00% a 102,00% (99,25% a 102,50% em 31 de dezembro de 2020). O "Caixa e Equivalentes de Caixa" e as "Aplicações Financeiras" são mantidos com bancos de 1ª linha que possuem *rating* entre BB- e AAA, baseado na agência de *rating S&P (Standard & Poor's)*.

	31.12.2021	31.12.2020
6. Contas a Receber de Clientes:		
Circulante:		
No País	14.210	11.448
A Futuro	474	519
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(677)	(394)
Total	14.007	11.573

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso - Atalugues	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (%)	11,1	-	20	10	10	20	-	10	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	7.728	2.314	240	128	108	-	4.379	19	14.916
Movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições/transfêrências	4.947	1.376	1.199	11	29	-	-	-	7.562
Reclassificações (**)	-	(417)	-	-	-	-	-	-	(417)
Depreciações	(1.080)	-	(211)	(14)	(16)	-	(3.504)	(4)	(4.829)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	11.595	3.273	1.228	125	121	-	875	15	17.232
Saldos em 31 de dezembro de 2020									
Custo	19.348	3.273	2.709	4.408	822	188	7.005	39	37.792
Depreciação acumulada	(7.753)	-	(1.481)	(4.283)	(701)	(188)	(6.130)	(24)	(20.560)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	11.595	3.273	1.228	125	121	-	875	15	17.232
Taxa média de depreciação (%)	9,6	-	20	10	10	20	22,7	10	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	11.595	3.273	1.228	125	121	-	875	15	17.232
Movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições/transfêrências	2.294	4.437	950	190	102	-	8.406	75	16.454
Reclassificações (**)	-	(544)	-	7	87	-	-	-	(450)
Depreciações	(1.590)	-	(322)	(19)	(18)	-	(4.027)	(13)	(5.989)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	12.299	7.166	1.856	303	292	-	5.254	77	27.247
Saldos em 31 de dezembro de 2021									
Custo	21.641	7.166	3.659	4.604	1.012	188	15.412	114	53.796
Depreciação acumulada	(9.342)	-	(1.803)	(4.301)	(720)	(188)	(10.158)	(37)	(26.549)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	12.299	7.166	1.856	303	292	-	5.254	77	27.247

(*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

	Vida útil definida			
	Softwares	Outros		
	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento	Total	
Taxa média de amortização (%)	7,0	20	-	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	60.421	247	9.215	69.883
Movimentações	-	-	-	-
Aquisições/transfêrências	8.735	-	3.979	12.714
Baixas	(299)	-	-	(299)
Reclassificações (*)	261	156	-	417
Amortizações	(4.940)	(74)	-	(5.014)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	64.178	329	13.194	77.701
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Custo	106.816	797	13.194	120.807
Amortização acumulada	(42.638)	(468)	-	(43.106)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	64.178	329	13.194	77.701
Taxa média de amortização (%)	7,4	20	-	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	64.178	329	13.194	77.701
Movimentações	-	-	-	-
Aquisições/transfêrências	16.856	107	(6.243)	10.720
Baixas	-	-	-	-
Reclassificações (*)	-	126	324	450
Amortizações	(6.211)	(92)	-	(6.303)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	74.823	470	7.275	82.568
Saldos em 31 de dezembro de 2021				
Custo	123.672	1.030	7.275	131.977
Amortização acumulada	(48.849)	(560)	-	(49.409)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	74.823	470	7.275	82.568

(*) Reclassificações do imobilizado. Em 31 de dezembro de 2021, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2022 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a Companhia, com as seguintes premissas mais relevantes: **•** De maneira conservadora, não foram considerados aumentos nos volumes de movimentação de contêineres para os próximos 5 anos. **•** Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos

CONVICON - CONTÊNERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

2020), sendo composto, principalmente de: (i) R\$936 civis; (ii) R\$623 tributários; (iii) R\$4.014 trabalhistas; e (iv) R\$40 outros processos. Não tendo nenhuma provisão para perdas registrada nas demonstrações financeiras. **14. Obrigações com Poder Concedente:** A Companhia reconhece no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial do contrato de arrendamento.

	Variação				Saldo contábil 31.12.2021
	Saldo contábil 31.12.2020	Juros apropriados	monetária/ Efeitos de renovação (*)	Pagos	
Arrendamento	14.741	616	1.948	(1.546)	15.759
MMC	14.491	606	1.914	(1.521)	15.490
Obrigações com poder concedente	29.232	1.222	3.862	(3.067)	31.249
(-) Circulante	(1.818)	-	-	-	(2.198)
Não circulante	27.414	-	-	-	29.051

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 10.

	Variação				Saldo contábil 31.12.2021
	Saldo contábil 31.12.2019	Juros apropriados	monetária/ Efeitos de renovação (*)	Pagos	
Arrendamento	11.483	641	3.873	(1.256)	14.741
MMC	10.650	631	4.449	(1.239)	14.491
Obrigações com poder concedente	22.133	1.272	8.322	(2.495)	29.232
(-) Circulante	(1.123)	-	-	-	(1.818)
Não circulante	21.010	-	-	-	27.414

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 10. Em 31 de dezembro de 2021, o compromisso com poder concedente de não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2023	2024	2025	2026 - 2033	Total
	2.260	2.326	2.399	22.066	29.051

15. Arrendamento Mercantil: Arrendamento - Aluguéis:

Direito de uso (Ativo)	Adoção inicial			Saldo contábil 31.12.2021
	31.12.2020	Baixas	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	875	8.406	(4.027)	5.254
Total do ativo	875	8.406	(4.027)	5.254

Direito de uso (Ativo)	Adoção inicial			Saldo contábil 31.12.2020
	31.12.2019	Baixas	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	4.379	-	(3.504)	875
Total do ativo	4.379	-	(3.504)	875

Arrendamentos (Passivo)	Juros apropriados			Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2021
	31.12.2020	Adições	31.12.2021		
Máquinas e equipamentos	933	8.406	370	(4.313)	5.396
Total do passivo	933	8.406	370	(4.313)	5.396
(-) Circulante	(933)	-	-	-	(4.278)
Não circulante	-	-	-	-	1.118

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

Arrendamentos (Passivo)	Juros apropriados			Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2020
	31.12.2019	Adições	31.12.2020		
Máquinas e equipamentos	4.497	-	186	(3.750)	933
Total do passivo	4.497	-	186	(3.750)	933
(-) Circulante	(3.564)	-	-	-	(933)
Não circulante	933	-	-	-	-

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante. Em 1º de abril de 2019, a Companhia assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de um guindaste móvel de cais (MHC), que possui vencimento em março de 2021, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a. Em 08 de junho de 2021, a Companhia assinou acordo de arrendamento, referente a renovação do aluguel do MHC, utilizando a taxa de desconto de 7,48% a.a., com vigência até abril de 2023. A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de 7,48% ao ano (7,47% em 31 de dezembro de 2020) para contratos com vencimento de até 5 anos, foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo não circulante tinha seu vencimento, no montante de R\$1.118 em 2023. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	5.625	5.396	938	933
PIS/COFINS potencial (9,25%)	520	499	87	86

16. Patrimônio Líquido:

a) Capital social:	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Emittidas/autorizadas sem valor nominal	45.034.292	45.034.292	45.034.292	45.034.292

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R\$90.069, representado por 45.034.292 ações ordinárias e 45.034.292 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto e terão prioridade na distribuição do dividendo a ser distribuído. **b) Reserva de capital: Plano de opção de compra de ações:** Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$83 em 31 de dezembro de 2021 (R\$83 em 31 de dezembro de 2020), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações. **c) Reservas de lucros:** • Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d) Remuneração dos acionistas:** São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia. A seguir, a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Lucro líquido do exercício	26.434	26.434	25.112	25.112
Constituição da reserva legal	5%	(1.322)	-	-
Lucro líquido ajustado	25.112	25.112	25.112	25.112
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	6.278	18.834	18.834
Remuneração aos acionistas:	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	6.278	-	-
Dividendos adicional proposto	-	18.834	-	-
Remuneração bruta aos acionistas	100%	25.112	18.834	18.834

e) Ajuste de avaliação patrimonial: Assistência médica complementar: Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 23), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. **17. Receita Operacional:** A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida
Receita bruta	149.945	135.004	87.299	76.945
Operações Portuárias	87.299	76.945	55.294	50.984
Armazenagem Alfandegada	55.294	50.984	7.352	7.075
Carga Geral	7.352	7.075	-	-
Deduções da receita:	-	-	-	-
Impostos sobre serviços	(15.765)	(14.086)	-	-
Outras	(1.219)	(911)	-	-
Total	132.961	120.007	87.299	76.945

18. Despesas Operacionais por Natureza:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Mão de obra avulsa	Taxas - Companhia Docas	Energia elétrica	Combustíveis e lubrificantes
Mão de obra avulsa	(563)	(318)	(7.164)	(6.515)
Taxas - Companhia Docas	(7.164)	(6.515)	(1.609)	(1.985)
Energia elétrica	(1.609)	(1.985)	(6.148)	(4.017)
Combustíveis e lubrificantes	(6.148)	(4.017)	(94)	(147)
Fretes	(94)	(147)	(406)	(300)
Outros serviços e materiais	(406)	(300)	(34.333)	(31.040)
Despesas com pessoal	(34.333)	(31.040)	(4.698)	(2.415)
Locação de equipamentos	(4.698)	(2.415)	(558)	(734)
Consultoria, assessoria e auditoria	(558)	(734)	(8.388)	(6.654)
Manutenção operacional	(8.388)	(6.654)	(1.832)	(2.125)
Outros serviços	(1.832)	(2.125)	(12.292)	(9.843)
Depreciação e amortização	(12.292)	(9.843)	-	-

Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis (845) 54

Processos trabalhistas - avulsos - 5

Processos trabalhistas - terceiros e outros - 28

Despesas compartilhadas (2.718) (2.795)

Outras despesas (5.573) (5.656)

Total (87.221) (74.457)

Classificadas como:

Custo dos bens e/ou serviços vendidos (80.549) (69.275)

Despesas com vendas (1.175) (871)

Provisão para perdas de créditos esperadas e de créditos incobráveis 845 54

Despesas gerais e administrativas (4.652) (4.365)

Total (87.221) (74.457)

19. Outras Receitas (Despesas) Operacionais:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Outras receitas operacionais:	Correção de depósitos judiciais	Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	Ganho na venda de ativos
Correção de depósitos judiciais	-	1	8	20
Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	8	20	-	1.870
Ganho na venda de ativos	-	1.870	77	90
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	91	223	14	45
Recuperação de PIS/COFINS extemporâneo	14	45	12	102
Outras receitas	12	102	202	2.351

Outras despesas operacionais:

Correção de provisões (5) (4)

Custo na venda de materiais de estoque - (130)

ISS sobre vendas canceladas (6) (13)

Total (11) (147)

20. Receitas (Despesas) Financeiras:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Receitas financeiras:	rendimento de aplicações financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Correção impostos a recuperar
rendimento de aplicações financeiras	4.594	2.131	15	-
Variações monetárias e cambiais ativas	2.150	932	284	161
Correção impostos a recuperar	15	-	8	12
Juros	284	161	7.051	3.236
Outras receitas	8	12	-	-
Total	7.051	3.236	-	-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Administradores e Diretores da **Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.**, Barcarena - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A., (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos

	31.12.2021		31.12.2020	
	Despesas financeiras:	Juros sobre debêntures e empréstimos	Despesas bancárias	Variações monetárias e cambiais passivas
Juros sobre debêntures e empréstimos	(3.382)	(3.569)	(150)	(119)
Despesas bancárias	(150)	(119)	(8.131)	(9.522)
Variações monetárias e cambiais passivas	(8.131)	(9.522)	(11)	(3)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(11)	(3)	(1.222)	(1.272)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(1.222)	(1.272)	(370)	(186)
Juros sobre arrendamento mercantil	(370)	(186)	(72)	(86)
Outras despesas	(72)	(86)	(13.338)	(14.757)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Lucro antes da tributação	I - Valor base - IRPJ e CSLL:	Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240
Lucro antes da tributação	39.644	36.233	(13.455)	(12.295)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(13.455)	(12.295)	(9.515)	(8.696)
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(9.515)	(8.696)	(3.940)	(3.599)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(3.940)	(3.599)	(247)	(204)

II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas

	31.12.2021		31.12.2020	
	Adições permanentes:	Contribuições a entidades de classe	Outras	Exclusões permanentes:
Adições permanentes:	(146)	(138)	5	-
Contribuições a entidades de classe	(146)	(138)	228	272
Outras	(106)	(66)	228	272

III - Efeitos dos incentivos fiscais:

	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	Alíquota efetiva	IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	Alíquota efetiva
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(13.474)	(12.227)	34,0%	33,7%
Alíquota efetiva	34,0%	33,7%	264	-
V - Ajustes extraordinários:	264	-	264	-
IRPJ e CSLL de exercício anterior	264	-	(13.210)	(12.227)
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V)	(9.533)	(8.564)	(3.677)	(3.663)
IRPJ e CSLL - diferidos	(3.677)	(3.663)	(13.210)	(12.227)

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Ativo	31.12.2021			31.12.2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	854	307	1.161	4.017	1.446	5.463

Diferenças temporárias:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Provisão para perdas de créditos esperadas	Provisão para contingências	Depreciação	Obrigações com poder concedente
Provisão para perdas de créditos esperadas	169	61	230	98
Provisão para contingências	256	92	348	81
Depreciação	(638)	(230)	(868)	(591)
Obrigações com poder concedente	460	166	626	378
Outros	592	213	805	413
Perdas atuariais	(289)	(104)	(393)	208
Total	1.404	505	1.909	4.604

22. Resultado por Ação: Lucro básico e diluído por ação:

</

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

→☆ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

que as premissas e critérios relacionados aos testes são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 25 de março de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Vanessa Aparecida dos Santos
Contadora - CRC-SP-256324/O-3

D4Sign cec7d85b-1aa7-4377-8999-4b3a88fda3eb - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

COVICON DIGITAL pdf

Código do documento cec7d85b-1aa7-4377-8999-4b3a88fda3eb



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

25 Mar 2022, 08:44:21

Documento cec7d85b-1aa7-4377-8999-4b3a88fda3eb **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-25T08:44:21-03:00

25 Mar 2022, 08:44:54

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-25T08:44:54-03:00

25 Mar 2022, 08:45:17

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 28684) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2022-03-25T08:45:17-03:00

Hash do documento original

(SHA256):976dfa3aadddb10b4f93fecda661a387e985a5e3d0acbea6b2da7749fd15d3be

(SHA512):9832b941a2f12599d86b31072c98487db2410a8371e02071ef5a89af4d259aa15da58b344ce6992af06b63ceb4a490e553b437660edb495bacb9a0b8f6b46500

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign